

Título:	11. Base legal e regulamentar
Capítulo:	2. Resoluções CMN
Seção:	10. Índice
Subseção:	

Resoluções CMN

[Resolução nº 45, de 30 de dezembro de 1966](#) – Dispõe sobre condições de financiamento mediante aceite de letras de câmbio, regulamentando as operações realizadas pelas sociedades de crédito, financiamento e investimento e instituições do tipo misto que resulte em aceites cambiários.

[Resolução nº 394, de 3 de novembro de 1976](#) – Baixa o regulamento que define a competência e disciplina a constituição e o funcionamento dos Bancos de Desenvolvimento.

[Resolução nº 1.092, de 20 de fevereiro de 1986](#) – Dispõe sobre operações de sociedades de crédito, financiamento e investimento.

[Resolução nº 1.120, de 4 de abril de 1986](#) – Aprova o regulamento para constituição, organização e funcionamento de sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

[Resolução nº 1.428, de 15 de dezembro de 1987](#) – Autoriza as instituições que especifica a praticar operações de compra e venda no mercado físico de ouro.

[Resolução nº 1.653, de 26 de outubro de 1989](#) – Altera os artigos 2º, 11, 12 e 14 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.120, de 1986, sobre objeto social, contas-correntes, vedações e demonstrativos contábeis de sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários.

[Resolução nº 1.655, de 26 de outubro de 1989](#) – Aprova o regulamento que disciplina a constituição, a organização e o funcionamento das sociedades corretoras de valores mobiliários.

[Resolução nº 1.770, de 28 de novembro de 1990](#) – Estabelece condições para a constituição, a organização e o funcionamento das sociedades corretoras de câmbio.

[Resolução nº 2.027, de 24 de novembro de 1993](#) – Dispõe sobre a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central para fins de recolhimento das quantias recebidas na subscrição inicial e nos aumentos de capital em espécie das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Título: 11. Base legal e regulamentar
Capítulo: 2. Resoluções CMN
Seção: 10. Índice
Subseção:

[Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994](#) – Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

[Resolução nº 2.107, de 31 de agosto de 1994](#) – Veda a negociação pelas instituições financeiras de títulos de renda fixa de emissão ou aceite próprio ou de instituições ligadas enquanto não decorrido o prazo mínimo regulamentar.

[Resolução nº 2.122, de 30 de novembro de 1994](#) – Aprova a constituição, a organização e o funcionamento de companhias hipotecárias.

[Resolução nº 2.212, de 16 de novembro de 1995](#) – Altera dispositivos das Resoluções nºs 2.099, de 17 de agosto de 1994, e 2.122, de 30 de novembro de 1994.

[Resolução nº 2.284, de 5 de junho de 1996](#) – Dispõe sobre bens imóveis de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 2.309, de 28 de agosto de 1996](#) – Disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

[Resolução nº 2.396, de 25 de junho de 1997](#) – Institui dependência de instituição financeira bancária denominada Posto Avançado de Atendimento (PAA).

[Resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998](#) – Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos.

[Resolução nº 2.592, de 25 de fevereiro de 1999](#) – Dispõe sobre a representação, no País, de instituições financeiras ou assemelhadas sediadas no exterior.

[Resolução nº 2.607, de 27 de maio de 1999](#) – Estabelece limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a

Título:	11. Base legal e regulamentar
Capítulo:	2. Resoluções CMN
Seção:	10. Índice
Subseção:	

funcionar pelo Banco Central do Brasil, altera disposições da Resolução nº 2.212, de 16 de novembro de 1995, e modifica a regulamentação aplicável aos Postos de Atendimento Bancário (PAB).

[Resolução nº 2.624, de 29 de julho de 1999](#) – Consolida as normas sobre a constituição e o funcionamento de bancos de investimento.

[Resolução nº 2.626, de 29 de julho de 1999](#) – Dispõe sobre a vedação à celebração de contratos de mútuo por parte de sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e de sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários

[Resolução nº 2.723, de 31 de maio de 2000](#) – Estabelece normas, condições e procedimentos para a instalação de dependências, no exterior, e para a participação societária, direta ou indireta, no País e no exterior, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 2.735, de 28 de junho de 2000](#) – Disciplina a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito imobiliário.

[Resolução nº 2.788, de 30 de novembro de 2000](#) – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito.

[Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001](#) – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

[Resolução nº 3.166, de 29 de janeiro de 2004](#) – Dispõe sobre a comprovação da origem de recursos destinados à subscrição de aumento de capital em espécie das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004](#) – Altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

Título:	11. Base legal e regulamentar
Capítulo:	2. Resoluções CMN
Seção:	10. Índice
Subseção:	

[Resolução nº 3.334, de 22 de dezembro de 2005](#) – Estabelece normas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como altera e revoga disposições regulamentares e normas editadas pelo Banco Central do Brasil, relativas a fundos de investimento, em decorrência da Lei nº 10.303, de 2001, ou sem função.

[Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006](#) – Altera a Resolução nº 3.198, de 2004, que regulamenta a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

[Resolução nº 3.425, de 21 de dezembro de 2006](#) – Dispõe sobre a realização de empréstimos e financiamentos pelas companhias hipotecárias.

[Resolução nº 3.426, de 21 de dezembro de 2006](#) – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de instituições financeiras especializadas na realização de operações de câmbio.

[Resolução nº 3.565, de 29 de maio de 2008](#) – Estabelece procedimentos relativos ao registro contábil de reavaliação de imóveis de uso próprio por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008](#) – Dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências.

[Resolução nº 3.605, de 29 de agosto de 2008](#) – Estabelece procedimentos relativos ao registro contábil das reservas de capital e reservas de lucros, bem como de lucros ou prejuízos acumulados, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 3.921, de 25 de novembro de 2010](#) – Dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011](#) – Altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País.

Título: 11. Base legal e regulamentar
Capítulo: 2. Resoluções CMN
Seção: 10. Índice
Subseção:

[Resolução nº 4.072, de 26 de abril de 2012](#) – Altera e consolida as normas sobre a instalação, no País, de dependências de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 4.073, de 26 de abril de 2012](#) – Dispõe sobre a constituição de banco comercial sob controle societário de bolsa de valores, de bolsa de mercadorias e futuros ou de bolsa de valores e de mercadorias e futuros, para desempenhar funções de liquidante e de custodiante central referentes às operações nela cursadas.

[Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012](#) – Estabelece requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento, cancelamento de autorização, alterações de controle, reorganizações societárias e condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais das instituições que especifica.

[Resolução nº 4.123, de 23 de agosto de 2012](#) – Altera e consolida as normas sobre emissão de Letra Financeira por parte das instituições financeiras que especifica.

[Resolução nº 4.150, de 30 de outubro de 2012](#) – Estabelece os requisitos e as características mínimas do fundo garantidor de créditos das cooperativas singulares de crédito e dos bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

[Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013](#) – Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).

[Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013](#) – Dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

[Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013](#) – Altera e consolida as normas que dispõem sobre o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

[Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013](#) – Dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ao Banco Central do Brasil e revoga a Resolução nº 4.195, de 1º de março de 2013.

Título:	11. Base legal e regulamentar
Capítulo:	2. Resoluções CMN
Seção:	10. Índice
Subseção:	

[Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013](#) – Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de que trata a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

[Resolução nº 4.283, de 4 de novembro de 2013](#) – Altera a Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, que dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

[Resolução nº 4.284, de 5 de novembro de 2013](#) – Aprova o Estatuto e o Regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e estabelece a forma de contribuição.

[Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015](#) – Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências.

[Resolução nº 4.454, de 17 de dezembro de 2015](#) - Dispõe sobre auditoria cooperativa no segmento de cooperativas de crédito.

[Resolução nº 4.516, de 24 de agosto de 2016](#) – Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às instituições em regime de liquidação extrajudicial.

[Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017](#) – Estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

[Resolução nº 4.571, de 26 de maio de 2017](#) – Dispõe sobre o Sistema de Informações de Créditos (SCR).

[Resolução nº 4.598, de 29 de agosto de 2017](#) – Dispõe sobre a emissão de Letras Imobiliárias Garantidas por parte das instituições financeiras que especifica.

Título:	11. Base legal e regulamentar
Capítulo:	2. Resoluções CMN
Seção:	10. Índice
Subseção:	

[Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017](#) – Dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRs_s), os requisitos para opção por essa metodologia e os requisitos adicionais para a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

[Resolução nº 4.619, de 21 de dezembro de 2017](#) – Estabelece prazos a serem observados pelo Banco Central do Brasil, no âmbito dos processos relativos aos pedidos de autorização para constituição e funcionamento, alteração de controle e alteração estatutária ou contratual de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcios e instituições de pagamento.

[Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018](#) – Dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas, disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica e estabelece os requisitos e os procedimentos para autorização para funcionamento, transferência de controle societário, reorganização societária e cancelamento da autorização dessas instituições.

[Resolução nº 4.716, de 25 de abril de 2019](#) – Estabelece regras para autorização de captação de poupança rural por cooperativas de crédito e disciplina o cumprimento da exigibilidade de aplicação em crédito rural e do encaixe obrigatório advindos dessa captação, de que trata a Seção 4 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR).

[Resolução nº 4.721, de 30 de maio de 2019](#) – Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as reorganizações societárias e o cancelamento da autorização para funcionamento das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte.

[Resolução nº 4.737, de 29 de julho de 2019](#) – Dispõe sobre o fornecimento, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, das informações de adimplemento de pessoas naturais e de pessoas jurídicas aos gestores de bancos de dados de que trata a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, e sobre as condições para a obtenção e o cancelamento de registro desses gestores.

[Resolução nº 4.763, de 27 de novembro de 2019](#) – Dispõe sobre a autorização para captação de depósitos de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e

Título: 11. Base legal e regulamentar
Capítulo: 2. Resoluções CMN
Seção: 10. Índice
Subseção:

Empréstimo (SBPE) pelas cooperativas de crédito e altera normas sobre as instituições integrantes do SBPE, sobre o cumprimento da exigibilidade de aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança e sobre as instituições autorizadas a emitir Letra Imobiliária Garantida.

[Resolução nº 4.770, de 19 de dezembro de 2019](#) – Altera disposições da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).

[Resolução nº 4.811, de 30 de abril de 2020](#) – Altera a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio, e a Resolução nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, que altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País, para elevar limites de instituições para a realização de operações de câmbio e aprimorar os dispositivos relativos a correspondentes em operações de câmbio.

[Resolução CMN nº 4.860, de 23 de outubro de 2020](#) – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.